

- LXVII-**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA
PAULISTA: ANÁLISE PRELIMINAR DE UM PROJETO****Ricardo Alexandre Marangoni**

UFPR, Brasil

ramarangoni@hotmail.com

Ângelo Ricardo de Souza

UFPR, Brasil

angelo@ufpr.br

APONTAMENTOS INICIAIS

Este estudo tem como objetivo principal investigar as representações que os sujeitos da escola constroem sobre a gestão democrática da escola pública paulista, tendo como base os dados obtidos de um projeto intitulado *Gestão Democrática da Educação*, implementado pela SEESP.

É importante asseverar que a discussão sobre a gestão democrática da escola pública não é recente e, exige de nós, a disposição em assumir riscos pelas escolhas teóricas e metodológicas. Cabe considerar que, neste momento, realizar-se-á uma breve descrição do projeto e reflexão teórica sobre a gestão democrática.

METODOLOGIA

A realização deste estudo abrange três etapas: a pesquisa documental, que envolve a discussão da legislação; a pesquisa bibliográfica, relacionada ao debate da temática e; a análise dos dados do projeto.

Os dados foram coletados no site da SEESP e, organizados em quadros. A partir das respostas dos participantes estão sendo criadas as categorias de análise, para posterior, análise

de conteúdo (FRANCO, 2012) e aproximação das representações (MOSCOVICI, 2012) dos envolvidos sobre a gestão democrática da escola pública paulista.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA PAULISTA

Breve descrição do projeto

A SEESP criou, em maio de 2016, o Projeto *Gestão Democrática da Educação* com o objetivo geral de ampliar o processo democrático dos órgãos colegiados existentes na escola, tais como: Conselho de Escola (CE), Associação de Pais e Mestres (APM) e Grêmio Estudantil (GE). Segundo a SEESP, está sendo discutida a modernização da gestão democrática nas escolas públicas paulistas, por meio da união de todos os interessados (discentes, docentes, gestores, servidores, pais e/ou responsáveis e sociedade civil), no esforço de aperfeiçoar esses espaços de decisão e deliberação da escola.

O projeto que vem sendo implementando prevê quatro etapas, a saber: a primeira, foi denominada de *diagnóstica*. Prevê a identificação da percepção da comunidade escolar a respeito dos espaços de participação. Foi aplicado um questionário a todas as escolas públicas estaduais, entre agosto de 2016 e janeiro de 2017; a segunda, foi chamada de *local*. Nesta etapa, os dados coletados (a partir do questionário) foram divulgados às escolas, e serviram para fomentar o debate da comunidade escolar. Ocorreu em maio de 2017; a terceira, foi nomeada como etapa *regional*. O resultado da etapa anterior subsidiou a discussão que ocorreu no âmbito das Diretorias de Ensino. As sugestões foram sistematizadas e organizadas em um documento matriz. O debate nas Diretorias aconteceu no segundo semestre de 2017; a quarta (ainda em andamento), é chamada de etapa *estadual*. Estava previsto para o primeiro semestre de 2018, um debate em nível estadual, com os dados organizados da terceira etapa. Segundo a SEESP, as contribuições serão analisadas e agrupadas, para posterior, elaboração de um Projeto de Lei. As contribuições também serão utilizadas para o fortalecimento da democracia na gestão educacional.

Diante ao exposto, o projeto ancora seu principal eixo de atuação na implementação de ações de gestão participativa no ensino público estadual paulista, aperfeiçoando e aprimorando os espaços de deliberação (CE, APM e GE) e instrumentos já existentes, além de fomentar a participação das organizações educacionais. Além de modernizar a legislação dos três espaços de participação e deliberação, o projeto objetiva ainda ampliar a cultura democrática no cotidiano das escolas e de sua comunidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: ALGUNS APONTAMENTOS

Atualmente, parte considerável das discussões ao redor da gestão da escola pública assenta-se na gestão democrática. O avanço do debate nessa direção propiciou importantes conquistas, que podem ser observadas em vários documentos legais. Não vamos nos deter nos preceitos legais, mas, nos obstáculos que se relacionam às práticas de concretização da gestão democrática.

Muitos estudos, admitiram que a administração escolar se encontrava colonizada pela mesma racionalidade da administração geral, cuja base resulta das teorias da administração empresarial (ROSAR, 1999). No fim da década de 1970 e nos anos 1980, surgem críticas sobre a aplicação dos fundamentos da administração geral à educação e, sob o enfoque marxista, as discussões destacam o papel da educação na sociedade, numa perspectiva essencialmente política. Souza (2007) afirma que o:

[...] fato de os trabalhos anteriores apresentarem concepções por demais técnicas da gestão escolar, colocando-se a serviço da reprodução de um modelo de escola que não só não contribuiria para a superação das bases capitalistas sobre as quais a sociedade brasileira estava solidificada, como ainda auxiliaria a manutenção do status social econômico e político. (SOUZA, 2007, p. 53).

Concordando com Souza (2007), afirmamos que a administração escolar alinhada aos interesses do capital, deixa de manter o compromisso com a transformação e com a superação do sistema social de dominação e exploração. Nessa perspectiva, é preciso que enxerguemos a escola por dentro e por fora, a ponto de se fazer refletir numa racionalidade própria.

As reformas que ocorreram a partir dos anos 1980 até os nossos dias, sob o rótulo da democracia e da participação, foram decretadas por instâncias superiores que, mais uma vez, confirmam a centralização política e administrativa que não permitem às escolas de se responsabilizarem pela tomada de decisões. Ressaltamos que, os princípios de uma política de controle, adotados pelo país afora, asseguram um tipo de racionalidade que ainda preserva o sujeito segundo os interesses de quem detém o poder. A crença (ingênua), sobre a ideologia democrática que rege as escolas, expõe a interpretação do próprio Estado, o que acaba por contrariar a essência da democracia.

Desse modo, a administração escolar continua (neo)colonizada pela racionalidade da então chamada Nova Gestão Pública (NGP). A conjuntura atual, que vem sendo delineada

desde a década de 1990, acena para momentos difíceis e disputas acirradas entre as perspectivas democrática e gerencialista.

Apesar de não apresentarmos os dados do projeto neste texto, a análise preliminar vem indicando a necessidade de maior participação dos envolvidos. Também receamos que as representações estejam ratificando a perspectiva gerencialista, de cunho neoliberal.

APONTAMENTOS FINAIS

Apontamos que a organização escolar ainda não foi capaz de romper com os ditames da administração empresarial. A maior necessidade de participação, advogada pelos envolvidos no projeto da SEESP, vem indicando um desejo pela transformação da escola pública paulista. Porém, o nosso entendimento sugere que para se assumirem como reais participantes, é preciso que haja uma discussão das diretrizes emanadas pelo Estado, pois só assim as tomadas de decisão passariam para os envolvidos na escola e, a racionalidade democrática a que fazemos apologia, encontraria condições propícias à sua emergência. A complexidade da questão exige que enfrentemos entraves históricos, culturais e, sobretudo, políticos.

REFERÊNCIAS

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROSAR, M. F. F. A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 69, dez/1999.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto Gestão Democrática da Educação**. São Paulo: SEE, 2016. Disponível: <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 04 jan. 2018.

SOUZA, A. R. de. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.